

‘O QUE NÓS QUER É OCUPAR TODOS OS ESPAÇOS’: A PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) EM CONSELHOS GESTORES

Claudia Kathyuscia Bispo de Jesus¹

RESUMO

O cenário de transformações no mundo rural, nas últimas décadas, implicou a heterogeneidade das forças sociais presente no campo, o que gerou um novo olhar sobre as interpretações dos movimentos sociais rurais. O presente trabalho busca apresentar uma análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir da sua inserção participativa em espaços deliberativos – nesse caso, em Conselhos Gestores do município de Nossa Senhora da Glória-SE –, trazendo uma discussão sobre as motivações, estratégias e disputas nesse campo político, além de ressaltar os processos identitários desses atores sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que possibilitou a construção do *corpus* empírico, a partir da qual se pode destacar algumas considerações sobre a sociabilidade do movimento, as disputas e conflitos, e os processos identitários. Conclui-se que a inserção participativa do MST em conselhos gestores desencadeia processos identitários nos integrantes do movimento que, por sua vez, estão alterando a dinâmica interna tanto dos conselhos quanto a do próprio movimento no que se refere à sua atuação política. Ademais, essa participação sociopolítica do MST é entendida como uma tentativa de permanência e de busca por melhores condições de vida nos assentamentos rurais.

Palavras-chaves: Conselho Gestor, MST, Participação.

‘WHAT WE WANT TO OCCUPY ALL SPACES’: THE SOCIOPOLITICAL PARTICIPATION OF THE MOVEMENT OF LANDLED RURAL WORKERS (MST) IN MANAGEMENT COUNCILS

ABSTRACT

The scenario of transformations in the rural world, in recent decades, implied the heterogeneity of social forces present in the countryside, which generated a new look at the interpretations of rural social movements. This paper presents an analysis of the Landless Rural Workers Movement (MST) from its participatory insertion in deliberative spaces – in this case, in the Management Councils of the municipality of Nossa Senhora da Glória-SE – bringing a discussion about the motivations, the strategies and disputes in this political field, as well as highlighting the identity processes of these social actors. This is a qualitative research, which enabled the construction of the empirical corpus, in which some considerations about the sociability of movement can be highlighted; disputes and conflicts; and the identity processes. It is concluded that the participatory insertion of the MST in management councils triggers identity processes in the movement's members, which, in turn, are changing the internal dynamics of both the councils and the movement itself regarding its political performance. Moreover, this socio-political participation of the MST is understood as an attempt to stay and to seek better living conditions in rural settlements.

Key words: Management Board, MST, Participation.

¹ Mestra em sociologia. Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Contato: claudia_kathyuscia@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O cenário de transformações no mundo rural, nas últimas décadas, implicou a heterogeneidade das forças sociais presente no campo, o que gerou um novo olhar sobre as interpretações dos movimentos sociais rurais. Com isso, outras abordagens surgem (Avritzer, 2007; Gohn, 1982, 2003; Scherer-Warren, 1993), para além da clássica marxista em que a explicação se dava pelas determinações econômicas estruturais das ações coletivas, para explicar a pluralidade das novas problematizações que emergiam a partir do final da década de 80.

Dessa forma, as novas abordagens sobre os movimentos sociais (rurais) buscam compreender não somente o campesinato em si, mas também a questão da cultura e, principalmente, as relações sociais do cotidiano e dos processos identitários específicos de cada movimento que emerge nos embates, aproximações e da contingência destas relações.

Para facilitar o entendimento do texto, optei por dividi-lo em dois momentos: o primeiro discorrerá de uma breve caracterização do processo de transformação no mundo rural, além de situar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) neste cenário, bem como suas (novas) estratégias de garantia de permanência e de luta por melhores condições de vida nos assentamentos rurais. Já no segundo momento, destacarei a participação sociopolítica do MST em Conselhos Gestores e como esta inserção participativa vem corroborando um processo de redefinição identitária dos integrantes do movimento – ressaltando a sociabilidade e os conflitos nesse espaço – que, por sua vez, estão alterando a dinâmica interna tanto dos conselhos como a do próprio movimento, no que se refere à sua atuação política².

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO E O MST

A estrutura agrária brasileira, a permanência do poder das classes sociais rurais vinculadas aos grandes empreendimentos agropecuários, a pobreza e a negação de direitos sociais que marcaram, historicamente, a vida dos camponeses e demais trabalhadores(as) no campo foram elementos centrais definidores da formação, identidade e organização da sociedade brasileira e do seu meio rural (Martins, 1981; Wanderley, 2003). Assim, a história do campesinato brasileiro é registrada pelas marcas de suas lutas na obtenção de um espaço próprio na economia e na sociedade, portanto, de

² Este trabalho é fruto da minha pesquisa de mestrado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/ UFS), coordenação do Prof. Dr. Marcelo Ennes. Essa pesquisa se propôs a analisar a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em conselhos gestores do município de Nossa Senhora da Glória, isto é, examinar se essa prática correspondeu (ou não) a uma nova estratégia política, bem como uma redefinição identitária dos integrantes do movimento MST.

processos sociais de resistência pelo direito de existir, em termos subjetivos, políticos, sociais, culturais e econômicos.

Segundo Wanderley (2009), o Campesinato no Brasil sempre foi um setor ‘bloqueado historicamente’, especialmente por conta da negação sistemática, em diversas localidades, do acesso dessa população à terra. Tais questões apresentaram-se – com particularidades, complementaridades ou oposições – nas abordagens de valiosos estudiosos da sociedade brasileira, ora enquanto componente importante dos debates existentes nas ciências sociais em nosso país (Carvalho, 2005; Turatti, 2005), ora contribuindo com os prolegômenos da sociologia rural (Martins, 1983).

Esses estudos sobre o campo brasileiro estavam inseridos em meio a um efervescente contexto sociopolítico da época (final da década de 60 do século XX), pois era um cenário marcado pelo processo de internacionalização da indústria brasileira, bem como do avanço do capitalismo no campo, que impulsionaram o desenvolvimento da modernização do processo produtivo na agricultura. Desencadeou-se, enquanto reação a essa modernização excludente, uma forte organização dos trabalhadores rurais em vários municípios no país, que repercutiram em âmbito nacional por conta de seus atos políticos na década de 1950 e, principalmente, nos primeiros anos de 1960 que antecederam a implantação do Regime Militar em 1964.

A organização política dos camponeses contou com o apoio dos partidos políticos, sobretudo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e da Igreja Católica, os quais reunidos no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, formularam, pela primeira vez, uma proposta unitária de reforma agrária brasileira (Martins, 1981). Era uma síntese de suas interpretações políticas acerca da questão agrária no país, gerando repercussão na imprensa (rádio e jornal, na época). Destarte, “essas eram as condições em que estava ocorrendo à redefinição política das relações de classes no campo. Isto é, pouco a pouco, verificava-se a metamorfose política do lavrador em camponês” (Ianni, 2004, p. 212), especialmente na condição de elaboração de sua identidade política.

A agenda política desses grupos campesinos expressava questões como: a) reforma agrária; b) livre direito à organização sociopolítica da classe trabalhadora rural; c) extensão de direitos trabalhistas para o campo, bem como previdenciários; d) fim do sistema de barracão e do cambão nos engenhos; e) políticas públicas ligadas ao desenvolvimento produtivo no campo, fundamentalmente para a pequena produção rural (Andrade 2005; Martins, 1981). O elenco de aspectos aludidos acima mostra como as áreas rurais estavam incólumes aos direitos de cidadania, particularmente devido ao poder das elites agrárias em negá-los constantemente.

Esse período efervescente permitiu o acirramento dos conflitos no campo, sobretudo, com a criação e ação das Ligas Camponesas³. Em meio à retomada das manifestações populares no período decisivo de encerramento do regime militar (1985), o movimento camponês ganhou (novo) impulso, com destaque para o MST.

De acordo com Stédile e Fernandes (2012), as raízes do surgimento desse movimento foram determinadas por diversos fatores, dentre os principais: a) o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 70 do século passado; b) modernização e industrialização no campo; c) e a era da colonização da região Norte do país. Portanto, o nascimento do MST tem suas raízes nas condições objetivas para pensar em estratégias de desenvolvimento para a agricultura, logo, “o MST não surgiu só da vontade do camponês. Ele só pode se constituir como um movimento social importante porque coincidiu com um processo mais amplo de luta pela democratização do país” (Stédile; Fernandes, 2012, p. 24).

É necessário destacar que o surgimento do MST possibilitou uma ressignificação do conceito camponês. Isso porque afirmava-se que o camponês correspondia meramente a um simples produtor agrícola. “Com uma forma de organização própria e uma identidade que foi construída no processo de consolidação do movimento no âmbito nacional e estadual, o sem-terra é a cara mais renovada do campesinato”, afirmou Carvalho (2005, p. 156). Ainda segundo o autor, o MST marca o período de constituição de um novo camponês: o assentado de reforma agrária.

Já no que se refere à família rural no projeto de reforma agrária, a mesma acaba assumindo caráter central, pois a criação dos assentamentos é a validação da importância e reconhecimento da família como elemento fundamental para a vida nos assentamentos, já que, “o sujeito da conquista do assentamento de reforma agrária tem um núcleo basicamente familiar, e de família extensa” (Martins, 2003, p. 19).

Diante desta conceituação, parte-se a ideia de que a família rural assentada tenta garantir a reprodução social do grupo familiar e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida, uma vez que estas são agentes de modificação social do mundo rural. São essas famílias e as dinâmicas existentes nos assentamentos que têm possibilitado, em vários municípios, formas de inclusão social antes precarizadas pela ausência da posse da terra. Ademais, são elas que passam a qualificar as políticas dos poderes públicos municipais, cobrando escolas, postos de saúde, melhorias de infraestrutura (Bergamasco, 2003; Martins, 2004).

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

³ As Ligas Camponesas foi um movimento camponês que teve seu início no ano de 1954 em Pernambuco e, posteriormente, na Paraíba, donde emergiram suas principais lideranças: João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira, Júlia Santana, Francisco Julião e outros(as). As Ligas existiram até 1964, sendo eliminadas, assim como as demais organizações de camponeses e de trabalhadores rurais sindicalizados vinculados à esquerda. Tudo isso levou a um silenciamento da identidade política projetada a partir das ações e dos valores de mundo dos próprios homens do campo (JULIÃO, 1962).

O avanço do desenvolvimento no campo brasileiro, que teve início nos anos 70, do século XX, através da intervenção do governo, ficou marcado pela aliança entre os grandes proprietários de terra e as empresas transnacionais, o que resultou em mudanças na configuração da zona rural (Fernandes, 1996). Um exemplo dessa alteração é o modo de organização da produção no campo. A partir disso, a produção agrícola está sob a ótica da racionalidade do capital, em que se caracteriza pela produção em alta escala em áreas contínuas, isto é, o monocultivo. Além disso, essa produção substituiu a mão de obra desvalorizada pela mecanização intensiva – com aplicação da biotecnologia e novas técnicas de irrigação – e, por fim, adicionou o uso constante de Agrotóxico⁴. Resultando, assim, na criação de mercadorias agrícolas padronizáveis, as denominadas de *commodities*, bem como intensificou a necessidade do acesso e uso do crédito rural (Carvalho, 2005).

Esse tipo de produção, por meio da mecanização intensiva, e ligações políticas com os latifundiários, as empresas transnacionais e os bancos, denomina-se de Agronegócio – prática que vem ganhando, nos últimos dez anos, expressiva valorização, por decorrência de sua lucratividade.

Segundo alguns autores, (Medeiros, 2010, Wanderley, 2003 e Martins, 1981), o aumento de condições desfavoráveis no campo, como a ampliação da concentração fundiária⁵, o impacto socioambiental advindo do uso do agrotóxico, desempregos, expulsão de famílias camponesas e o deslocamento cada vez maior da população rural para os centros urbanos em busca de trabalho e de melhores condições de vida, foram processos que marcaram as décadas de 1970 à 1990 do século XX.

Torna-se claro que essa mesma fase de desenvolvimento no campo brasileiro, contraditoriamente, significou a retomada das manifestações populares no período decisivo de encerramento do regime militar, o movimento camponês ganhou (novo) impulso, com destaque para o MST.

O MST surgiu na região Centro Sul do Brasil, no período de 1984-1985. O movimento só teve de fato contorno e repercussão nacional a partir dos anos 90 do século XX, devido às vitórias e emblemas dos processos de ocupações de terra da época, a exemplo da ocupação na fazenda ‘Macali’, localizada no Rio Grande do Sul (Turatti, 2005).

⁴ Substância química utilizada não só para eliminar pragas em produções, mas, sobretudo como fertilizantes sintéticos. Há quem afirme que essas mudanças na organização da produção agrícola no campo foram mais impactantes do que a própria Revolução Verde, ocorrida nas décadas de 60 e 70 do século passado. Isto porque, “O Brasil, como é sabido, alcançou em 2009 o primeiro lugar no ranking mundial de consumo de agrotóxicos, embora não sejamos, como também é sabido, o principal produtor agrícola mundial.” Como mostrou o Boletim DATALUTA (2011). Disponível em: www.fct.unesp.br/nera <acesso em: 06 de jul. 2014>

⁵ Sobre a Concentração Latifundiária, dados divulgados pelo Relatório DATA LUTA Brasil (2013) mostra que “a Estrutura Latifundiária brasileira foi ampliada em 6,3 milhões de hectares entre 2011 e 2012. Segundo Eduardo Girardi, coordenador da pesquisa, esse dado equivale ao aumento da área rural sob propriedade ou posse de particulares. Possíveis razões para isso são o aumento de regulamentação de terras, avanços da fronteira agrícola e da grilagem”.

É importante destacar que, para além dessas condições objetivas, diante das metamorfoses no campo brasileiro, o MST também teve influência das Ligas Camponesas e, principalmente, do trabalho pastoral das igrejas Católicas e Luterana (Stédile; Fernandes, 2012). A forte presença da igreja (progressista) como impulsionadora no surgimento do MST foi decorrente da ideologia da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶.

O MST apresenta características de natureza importantes. A primeira, diz respeito à inclusão de todos os membros da família, configurando-se, portanto, uma base familiar⁷. Afinal, é no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes; sendo também em função desse referencial que são estabelecidas as estratégias individuais e coletivas, que visam garantir a reprodução social do grupo familiar. Assim, a família rural representa o trabalho (o predomínio da agricultura como base familiar), a segurança (garantia de futuro) e a conservação dos valores, tradições e costumes⁸.

Outra característica presente no MST é a articulação com o movimento sindical. Isso porque o movimento compreende que os agricultores assentados precisam se vincular aos sindicatos dos trabalhadores rurais como via de acesso a benefícios voltados para a sua produção. No entanto, da mesma forma em que o MST estimula a filiação aos sindicatos rurais, o próprio movimento faz suas ressalvas a isso:

Aprendemos ainda que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem de ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Aí, já é um estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político. (Stedile; Fernandes, 2012, p. 37)

É esse elemento político que corresponde ao terceiro elemento característico do MST. Nesse sentido, destaca-se que: “Na essência, o MST nasceu como um movimento camponês, que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra; reforma agrária e mudanças gerais na sociedade” (Stedile; Fernandes, 2012, p. 33).

Essas três características (base familiar- corporativismo- elemento político) compostas no princípio do MST, apresentadas aqui, serão, no decorrer do texto, revisitadas. Já que a tentativa de garantir a reprodução social do seu grupo e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida pode justificar a incorporação de integrantes do MST na participação de conselhos gestores.

⁶ Surgiu em 1975 em Goiânia, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja perspectiva doutrinária foi o da Teologia da Libertação – prática religiosa voltada para a realidade social. Para um maior conhecimento dessa corrente cristã, ver: Boff (2010). Sobre a mediação entre a teologia da Libertação e os movimentos sociais no campo, ler: Iokoi (1996).

⁷ Bergamasco (2003), Loera (2006) e Martins (2003), afirmam que o sujeito da reforma agrária no país tem um núcleo basicamente familiar, de família extensa, e é a partir delas, e de suas experiências cotidianas, que podemos perceber – do ponto de vista sociológico – as próprias mudanças e/ou continuidades de antigas situações de vida no campo.

⁸ Bergamasco et al. (2003), Leite (2004) e Medeiros (1994).

‘ASSENTADO RURAL-CONSELHEIRO GESTOR’: UMA REDEFINIÇÃO IDENTITÁRIA

Ao término da análise da participação sociopolítica do MST, é importante analisar em que medida essa experiência participativa do militante do MST-Glória nos conselhos gestores possibilitou uma redefinição identitária destes integrantes do MST, e como eles se percebem enquanto conselheiros e identificam as possibilidades e os limites desse (novo) engajamento. Para tanto, destacarei os atores sociais que participam dos conselhos, os motivos e disputas, as normas e os contextos sociais. Mas, antes, uma breve contextualização sobre a participação em conselhos.

Ao analisar a emergência da sociedade civil no processo de participação junto aos poderes públicos, percebe-se que estes processos – de participação da sociedade civil, no que se refere ao controle dos direcionamentos dos direitos e de programas sociais, como também de sua presença nas políticas públicas (Martorano, 2010) – ocorreram consideravelmente nas décadas de 1980-1990, período de redemocratização brasileira. A partir deste período, vários debates insurgiram na sociedade brasileira, bem como produções teóricas com o intuito de esboçar um quadro teórico da participação social em seus diferentes campos de atuação (Ammann, 1977; Gohn, 1997).

Pode-se afirmar que a principal mudança sociopolítica no Brasil, nos anos 1990, foi no campo da representação, uma vez que possibilitou novas instâncias de mediação entre a sociedade e o Estado. Nesse viés, houve uma ressignificação do conceito de Sociedade Civil, enquanto participação social e mediadora (Gohn, 1997). Ademais, foi nesse período que se materializou uma das principais reivindicações dos movimentos sociais, nos anos 1980, que foi a participação da população nas estruturas de Conselhos e Colegiados, a fim de descentralizar o Estado, estimular o controle social e emergir uma nova relação entre a sociedade civil e as instituições públicas (Gohn, 1997). No caso dos Conselhos Gestores, com base em Gohn (2003), eles são mecanismos de articulação entre a participação de representantes da sociedade civil e membros do poder público local, a fim de gerir as políticas públicas. E os movimentos que compuseram os conselhos eram, em sua maioria, os sindicatos, as associações de profissionais, de bairro e movimentos pastorais. Então, em que contexto o MST passou a se inserir nesses espaços? Quais identificações podemos ter sobre os militantes do movimento e que são conselheiros?

A considerar que foi a partir do primeiro mandato do presidente de Luís Inácio da Silva (PT-2003) que ocorreu um reordenamento na gerência das políticas públicas para a esfera da gestão participativa, onde os Conselhos (nacionais) mantêm sua importância fundamental inseridos no contexto da participação social e gestão democrática (Brasil, MPS, 2003)⁹. Ao passo em que o movimento se inseria em conselhos gestores, ou outro campo de atuação institucional, pode-se

⁹ Para se aprofundar sobre o processo de redefinição e orientação das políticas sociais, a partir do governo Lula, ler: Oliveira (2010); Sader (2004); Saflate (2012) Secco (2011).

perceber uma diferença na atuação de seus integrantes nos conselhos; eles tinham assiduidade, disciplina e eram participativos nas discussões internas sobre os projetos. Dessa maneira, acredita-se que o diferencial, por parte dos assentados, seja a sua bagagem de formação e atuação política, ou usando de um termo bourdiesiano, de seu capital simbólico¹⁰ no que se refere à experiência em instâncias deliberativas presente no interior do movimento¹¹.

O segundo destaque centra-se nos motivos da disputa. Essa disputa decorre tanto do processo de diferenciação como também das concorrências internas. A partir do pressuposto de campo político de Bourdieu (2011), podemos compreender que as disputas entre os diferentes atores sociais são travadas no campo político, isto é, “no campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (Bourdieu, 2011 p. 163- 164). Pode-se destacar como exemplo de disputa o processo eleitoral para participar da nova gestão do conselho, como foi observado em alguns dos relatos dos assentados entrevistados.

No início da gestão [em 2013, no Conselho Estadual de Articulação do Semi- Árido] se nós não tivesse um número mínimo de militante nosso fica difícil de nós entrar nos conselhos. Então, nós ficamos atentos com as eleições de conselhos pra está presente. Porque muitas entidades faz de tudo possível pra o MST não participar. Então nós temos que ficar muito atento pra poder nunca deixar de ter alguém nosso dentro dos conselhos (MST- Conselheiro3, 2014).

A gente evita muito o conflito. A gente vai pro diálogo! (MST- Conselheiro5, 2014)

De tal modo, percebe-se a heterogeneidade de disputas diante desse campo político, pois ocorre tanto com a relação entre a representação governamental, como a da sociedade civil.

O destaque para as normas e os princípios sociais justifica-se porque são cruciais para o regulamento das relações sociais na perspectiva da análise dos processos identitários. Esse parâmetro dos processos identitários considera que:

As normas que norteiam as relações sociais podem ser expressas na forma de costumes, tradições, leis ou discursos. Neste caso, a questão do poder reaparece numa condição em que as práticas e normas se reproduzem e estão mutuamente implicadas. Aqui, não estamos considerando que os atores sociais simplesmente se adequam a regras. Ao contrário, partimos do pressuposto de que as normas e os discursos bem como as instituições que as sustentam, são produzidas ‘nas’ e a partir ‘das’ relações de poder. (Ennes; Marcon, 2014, p. 17).

Nesse bojo, vale considerar o modo de agir, bem como as normas oficiais presente nos conselhos, e o fato de que os integrantes do MST tiveram que interiorizar tais princípios sociais neste (novo) campo de atuação. A ideia de interiorização trazida aqui baseia-se com a noção de *habitus* de

¹⁰ Entende-se como representação do que você constrói dentro de um espaço social (Bourdieu, 2009).

¹¹ O MST, no aspecto organizacional, apresenta organizações internas através de setoriais temáticas, que são: setor de formação; de educação; de produção; de finanças; projetos; comunicação; relações internacionais; de gênero e de direitos humanos, além das secretarias nacional e estadual (Morissawa, 2001).

Pierre Bourdieu (2009), ou seja, houve, por parte do assentado-conselheiro, um processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. Isto é, a partir da inserção desse ator social nos conselhos, o assentado rural – e conselheiro – absorveu a dinâmica interna dos conselhos já ‘normatizada’ para, a partir daí, reagir a isso através do reconhecimento e impulsioná-lo a se inserir no jogo de interesse (de ‘estar em’), e participar desse jogo de disputa, parafraseando Bourdieu (1996)¹².

Outro destaque é o do contexto social, por justamente considerar as mediações do cenário sociopolítico que corroboraram o entendimento da inserção do MST nos conselhos gestores do município de Nossa Senhora da Glória. Em suma, pode ter como consideração que com o reordenamento na gerência das políticas públicas por parte do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), houve uma remodelagem no controle social, conseqüentemente, os conselhos tornaram-se o principal canal de acesso às políticas sociais. Ao passo que estimulou outros sujeitos sociais a se inserirem nesses espaços deliberativos, como foi o destaque, aqui, para o MST, cuja justificativa para a inserção é de que havia uma dificuldade de acesso aos recursos públicos, por parte das famílias rurais assentadas, após a conquista da terra. E, diante de tal situação, o movimento começou a traçar estratégias para participar dos conselhos gestores do município.

A partir daí, pôde-se perceber que, na representação dos conselhos, havia assentados rurais que eram integrantes do MST e estavam atuando também como conselheiros gestores. Esses assentados rurais-conselheiros podem ser considerados como atores políticos se usarmos a explicação do Avritzer (2004). Afinal, segundo ele, “conhecemos muito pouco os fatores que estimulam cidadãos comuns e atores coletivos da sociedade civil a se engajarem em arranjos institucionais de participação na esfera pública” (Avritzer, 2004, p. 258). Destaco, aqui, a identificação de alguns integrantes do movimento – ler citação abaixo – com a experiência de ser conselheiro, isso ficou perceptível com os relatos dos entrevistados, já que algumas das perguntas semidirigidas eram direcionadas às próprias percepções diante da sua (nova) condição de conselheiro¹³. As respostas transmitiam domínio sobre o seu papel de conselheiro e, principalmente, o reconhecimento das debilidades que os conselhos se encontram; a seguir ressalto algumas:

O negativo é que a maioria dos conselheiros eles ainda não são conscientes. Não tô citando aqui os conselheiros do movimento, pois aqui eles sempre tiveram instrução. Mas na maioria eles são aqueles conselheiros que não debate, que não questionam porque eles não têm bem o conhecimento. As vezes ele num é bem eleito do conselho ele vai porque tá apontado por A ou B. então pra atender a interesses de algumas pessoas que tem outros interesses. Então o

¹² Essa consideração do *habitus* está relacionada ao entendimento de campo. Afinal, não dá para pensar em campo sem discutir a noção de *habitus*, isto é, a relação de interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade que perpassa no campo. (Bourdieu, 2009)

¹³ Essas entrevistas faziam parte de recortes específicos de algumas das ferramentas de pesquisa da metodologia qualitativa, como entrevistas semiestruturadas, observação direta e levantamento bibliográfico.

conselheiro ele tem que ter formação pra que ele possa lá debater projetos que venha beneficiar a comunidade como um todo e não beneficiar uma ou duas pessoas que tem até certo interesse político (MST- Conselheiro5, 2014).

Uma dificuldade é o local pra gente se reunir. De como se locomover, né. Uma das dificuldades é essa. Porque às vezes as reuniões acontece no alto sertão, em Monte Alegre, em Canindé [municípios próximos do Alto Sertão] (MST- Conselheiro3, 2014).

A falta de recursos para sua gestão. A estrutura das leis municipais que os criam, que privilegiam os interesses das gestões municipais (MST- Conselheiro2, 2014).

Em suma, esses elementos destacados são importantes para o entendimento dos processos identitários dos assentados-conselheiros, a partir dessa socialização, neste caso, em conselhos gestores do município de Nossa Senhora da Glória, (Kathyuscia, 2015). Embora tal socialização – compreendida, segundo Dubar (2005), como um processo de construção de identidades – desencadeasse em novas sociabilidades para esses atores sociais, é necessário destacar que o pertencimento e a identificação com o MST ainda se fazem presente nos discursos dos assentados-conselheiros, como pode-se observar:

A participação do MST nos conselhos é importante porque a gente tenta descobrir o que é que tem de bom pro nosso povo e se nós não participar nós somos prejudicados em tudo. Então pra nós é bom porque nos traz conhecimento. Quanto mais a gente participa mais a gente aprende com os conselhos. Agora se nós não lutar a gente não participa dos conselhos (Dir. Estadual, 2014).

Reafirmo a minha referência em nossa formação político-ideológica e a compreensão de que não podemos nos furtar em contribuir nos mais diversos espaços, pois atingimos um nível organizacional enquanto movimento social camponês que nos imprime essa responsabilidade (MST- Conselheiro5, 2014).

Como militante do MST, vejo a participação nos conselhos como a oportunidade de fazer a interlocução dos debates e das ações das políticas públicas com a ação e a mobilização social. Assim, buscar sistematizar as demandas do movimento para debatê-las e construir propostas no que compete às atribuições dos respectivos conselhos, mas também levar ao movimento o que existe e como se estrutura as políticas públicas (MST- Conselheiro5, 2014).

Como parte que compõe o campesinato, o MST deve, a meu ver, ter como tarefa estar nos espaços que debatam e influenciam a tomada de decisão do Estado, para defender e garantir que as camponesas e os camponeses acessem seus direitos. Além da relação com o poder público, a participação nos conselhos permite ao MST se relacionar com a sociedade civil, mostrando nossa capacidade organizativa e contrapondo a imagem que os meios de comunicação fazem de nós (MST- Conselheiro4, 2014).

Portanto, nota-se o reconhecimento da importância de participação nos conselhos. Ademais, há a identificação, perante essa (nova) atuação, de que é e foi gerada a partir da inserção nesse espaço social de disputa, de normas e de regulação, e que, mesmo assim, esse ator social, o MST, produz suas diferenciações, seja no tocante à formação e instrução perante a sua base que atua nos conselhos, caracterizando-se como o militante político que atua nos conselhos; seja pela afirmação e demarcação de configurações frente aos outros atores sociais contidos nos conselhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da participação sociopolítica do MST em conselhos gestores revelou a necessidade de uma extensão da análise, isto por considerar que esse fenômeno ainda é recente, no tocante à análise sociológica. Valeria um aprofundamento dessa realidade operacional frente ao engajamento do MST nos conselhos.

Considera-se que a recriação das práticas participativas do MST é resultante também das transformações ocorridas no campo brasileiro, onde desencadearam nos movimentos sociais do campo novas formas de resistência e estratégias de luta para a garantia de sua permanência frente à avalanche de consequências, doravante a expansão do capitalismo no meio rural.

O cenário de transformações no mundo rural, nas últimas décadas, implicou a heterogeneidade das forças sociais presente no campo, o que gerou um novo olhar sobre as interpretações dos movimentos sociais rurais.

Dessa forma, as novas abordagens sobre os movimentos sociais (rurais) buscam compreender não somente o campesinato em si, mas também a questão da cultura e, principalmente, as relações sociais do cotidiano e dos processos identitários específicos de cada movimento que emergem nos embates, aproximações e da contingência destas relações. Nesse sentido, recorri à análise tanto da participação sociopolítica do MST como também dos processos identitários que foram se (re)criando ao longo dessa vivência participativa.

Por fim, os motivos e finalidades da inserção participativa do MST no mecanismo institucional, que é o conselho gestor, examinados aqui, revelam que a justificativa se dá pelas precárias condições sociais e econômicas em que se encontram os assentamentos rurais após a conquista da terra. Ademais identificou-se, no conselho, o canal de acesso às políticas públicas para beneficiamento das famílias rurais assentadas, uma vez que tais políticas são fomentadas e acessadas pelas instâncias deliberativas dos conselhos.

REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. *Participação social*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1997.
- ANDRADE, Manuel Corrêa de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.
- AVRITZER, Leonardo (Org). *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- _____. (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004.
- BEAUD, S & WEBER, F. *Guia para a pesquisa de campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BERGAMASCO, Sônia et al. (orgs.). *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: Feagri- UNICAMP; Araraquara: Uniara; São Paulo: INCRA, 2003.
- BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOFF, Leonardo. *Como fazer Teologia da Libertação*. 10ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. 15ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.
- BRASIL, Ministério da Previdência Social. *Diálogo social e gestão participativa*. Brasília: MPS, 2003.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- DATALUTA. O *Boletim DATALUTA* (2011). Disponível em: www.fct.unesp.br/nera <acesso em: 06 de jul. 2014>
- _____. *Relatório DATA LUTA Brasil* (2013). Disponível em: http://www.editoraunesp.com.br/catedra/publicacoes_noticias.asp?tpl_id=1&id=74 <acesso em: 07 de jul. 2014>
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Loyola. 2003.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: editora Loyola, 1997.
- IANNI, Octavio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IOKOI, Zilda. *Igreja e Camponeses: Teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964- 1986*. São Paulo: FAPESP, 1996.
- JULIÃO, Francisco. *O que são as ligas camponesas*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- KATHYUSCIA, Claudia Bispo de Jesus. “*O que nós quer é ocupar todos os espaços*”: a participação sociopolítica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Conselhos Gestores. São-Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015 (dissertação- sociologia).
- LEITE, Sergio *et al.* *Impacto dos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, Nead, 2004.
- LOERA, N. R. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis, 2006.
- MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- _____. (Org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- _____. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, out/2004, p. 5-12.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais*. Petrópolis- RJ, 1981.
- MARTORANO, Luciano Cavini. *Conselhos e democracia: em busca da socialização e da participação*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MEDEIROS, Leonilde *et al.* *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.
- MEDEIROS, Leonildes Servólos de. Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, Miguel. *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

- OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970- 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- SAFLATE, Vladimir. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Editora Ateliê, 2011.
- STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.
- TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- _____. “Morar e Trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 203- 247.